

RESENHA

REFLEXÕES SOBRE UMA NOVA EDUCAÇÃO

Marli dos Reis dos Santos

Mestranda em Educação - Universidade Católica de Santos
(UNISANTOS).

Supervisora da Rede Municipal de
Educação/SEDUC/Cubatão/SP,

Praça dos Emancipadores, s/n, Cubatão.

marli4040@itelefonica.com.br

IMBERNÓN, Francisco (Org.) et alii. *Cinco cidadanias para una nueva educación*. Barcelona: GRAÓ, IRIF, 2002 (Série Biblioteca de Aula – Teoria e Sociologia da Educação – Temas transversais) (83p.)

O tema discutido pelos autores envolve a questão da cidadania e se desdobra em cinco focos: cidadania democrática, cidadania social, cidadania paritária, cidadania intercultural e cidadania ambiental. A escolha dessas “cidadanias”, segundo Imbernón (2002), foi com o intuito de mostrar que estas podem englobar os elementos necessários a uma educação sobre aprender a conviver. A pretensão do livro é, então, a de levar a todos a esperança de uma nova educação para um mundo melhor, pois sem ela não há futuro. Contribuir, assim, com essa nova educação pela análise das diversas cidadanias permite introduzir uma nova perspectiva educativa, centrada na aprendizagem da convivência. Para dar conta disso, a educação não pode limitar-se a preparar pessoas cultas, mas, sobretudo, a educar para a cidadania, que é um direito de participar do governo, e não só de votar.

Imbernón, na introdução deste livro, argumenta que a construção de novas cidadanias advém de muitas experiências, partindo do que se tem e projetando o futuro. Uma cidadania que nos permita compreender e interpretar a realidade, realizar leitura crítica dos acontecimentos e do entorno comunitário. O direito à cidadania

representa, assim, o direito à liberdade, à democracia e a uma nova maneira de viver o sistema social.

O texto “Cidadania democrática: reinventar a democracia, a cultura da paz, a formação cívica e o pluralismo”, de Frederico Mayor Zaragoza, inicia indicando que, atualmente, ninguém nega que a democracia é um marco natural para o exercício dos direitos humanos. Aponta que um momento especial da história mundial - queda do muro de Berlim - significou a recuperação progressiva da palavra de um povo, iniciando uma longa marcha em direção à democracia. Nesse sentido, a voz forte de um povo pressupõe uma democracia segura, bem articulada, em que a lei é permanentemente modulada pelos cidadãos e cumprida eficazmente. O que significa que a substituição de uma ideologia necessita de sinergia, da emergência de uma nova cultura, que vai além de reformas institucionais da democracia. Além disso, só pode viver e sobreviver se apoiada na vivência sobre um consentimento sincero, sobre uma responsabilidade que não se rege somente por simples critérios de ganância e perdas. Dessa forma, não pode haver democracia sem democratas, mas sem uma cidadania consistente tão pouco.

A vida democrática não pode limitar-se ao exercício do direito de voto e a delegação aos governantes de toda iniciativa político, social e econômico. A vida democrática necessita da participação ativa dos cidadãos como autênticos atores sociais, baseada num estado de direito e numa prática plural e participativa. A Declaração dos Direitos Humanos (1948), nesta perspectiva, foi um grande acontecimento e, também, configura-se como um gérmen de um mundo diferente, em que os códigos de conduta são estabelecidos por um clima de segurança e justiça.

Na direção de educar para a cidadania, o autor entende que ela é aprendida “com o vizinho”, com a família, no trabalho, na vida associativa, no município e na escola. Sob este aspecto, a educação permite a participação cívica - essência da democracia-, propiciando e fomentando a paz.

O texto “Cidadania social”, de Joan Majó, centra a reflexão nos aspectos socioeconômicos, ou melhor, na relação das pessoas com os recursos necessários para a vida e os problemas de distribuição dos mesmos. Aponta, também, que as relações entre os novos conhecimentos, tecnologias, ideias, pautas sociais e culturais são muito complexas.

Neste sentido, a autora, ainda revela que uma compreensão por parte dos cidadãos desse fenômeno, sobretudo por parte dos “novos cidadãos” que a escola ajuda a formar, pode contribuir muito para estabelecer alguns níveis de convivência adequados. Transmitir esta sensibilidade social e, sobretudo, facilitar informações e ajudar a compreender os mecanismos de distribuição e suas conseqüências nas pessoas, faz com que a escola contribua com a formação deste “novo cidadão”.

O texto “Educação e cidadania paritária”, de Juan Carlos Tedesco, tece comentários sobre as profundas transformações econômicas, tecnológicas e culturais registradas nas últimas décadas. E muitas análises projetam diagnósticos, em que vão predominar fatores de exclusão, de fragmentação e de diminuição social. A educação não pode ficar à margem dessas transformações, em particular, daquelas que têm como objetivo aprender a viver junto, relacionadas diretamente com a formação do cidadão, com o desenvolvimento da coesão social e da transmissão do patrimônio cultural.

Tedesco aborda dois aspectos desta vasta problemática. Primeiro, apresenta um conjunto de informações que permite observar as características das tendências sociais e a fragmentação social, possibilitando compreender os novos desafios que afrontam os projetos destinados a garantir igualdade de oportunidade a todos os cidadãos. Em seguida, revela algumas ideias relativas à escola e ao sistema educativo frente a estes novos desafios, tanto do ponto de vista político como pedagógico.

O autor indica, também, a necessidade de uma política educativa orientada a promover, o que aqui ele considera como cidadania paritária. Nesse sentido, menciona algumas linhas de ação, que se definem em quatro distintos níveis, articulados entre si: 1º as políticas de acesso à educação; 2º a organização administrativa das instituições educativas; 3º os desenhos curriculares; e 4º os métodos de ensinar.

Tedesco considera a escola um dos poucos âmbitos de socialização em que é possível programar experiências de contato entre os diferentes, enriquecendo as culturas. Aprender a viver junto não significa tolerar a existência do outro, mas respeitá-la, em meio a elementos afetivos, de confiança, de segurança, de proteção e cognitivos.

O texto “Cidadania intercultural: o sonho de uma sociedade intercultural”, de Rigoberta Menchú Tum, vincula-se ao tema dos direitos dos povos indígenas, ao respeito à diversidade, ao desafio de seguir construindo um caminho de uma educação integral, que fortaleça as relações interculturais entre a humanidade.

O sonho da autora é ver o mundo e a vida dos povos indígenas contribuírem para se entender a riqueza das relações entre as sociedades multiétnicas, apesar da falta de reconhecimento de seus direitos fundamentais.

A educação intercultural é entendida como o fortalecimento de uma visão pluralista, devendo implicar interação, intercâmbio, solidariedade efetiva e o reconhecimento dos valores dos distintos modos de vida. Essa proposta educativa deve ter em conta a afirmação da igualdade de direitos de todos os seres humanos; uma valorização positiva da diversidade sociocultural e do respeito à identidade e direitos de outros povos, grupos étnicos e expressões culturais. Adiciona a isso três princípios básicos: a cidadania, o direito à diferença e a

unidade na diversidade. O primeiro consiste no reconhecimento pleno e na busca constante de uma igualdade real e efetiva de direitos, responsabilidades e oportunidades. O segundo significa respeito à identidade e os direitos de todos os povos, grupos étnicos e expressões socioculturais. O terceiro refere-se a uma unidade nacional voluntária e construída por todos. O conhecimento e a vivência da diversidade cultural facilitam o desenvolvimento de valores democráticos com respeito à tolerância, solidariedade e justiça.

Nesse sentido, a educação intercultural não deve ser vista como um projeto para as minorias, povos indígenas ou imigrantes. Ao contrário, deve ser concebida como um programa geral, dirigido a toda a sociedade, posto que a interculturalidade, num mundo pluricultural, é uma questão que compete a todos. Os planos bilíngües, interculturais continuam sendo unicamente para os povos indígenas e não para o grosso da sociedade.

O último texto “Cidadania ambiental: cidadãos do bairro e do planeta”, de Michela Mayer, traça uma reflexão a respeito da educação ambiental, cuja finalidade não é somente a construção de um conjunto de conhecimentos, mas de mudança. Neste sentido, afirma que os primeiros documentos e reflexões internacionais sobre a educação ambiental tinham como objeto principal a “conservação da natureza”. Ao longo das décadas essa discussão passou a focar no lema “desenvolvimento sustentável”.

A educação ambiental nasce e cresce propondo, além da sustentabilidade, outras dimensões educativas mais profundas e dirigidas a mudanças pessoais e sociais. Abre um espaço para produzir novos saberes e, ao mesmo tempo, propor um enfoque crítico do saber, em que a educação é uma utopia necessária para aprender a viver junto num mundo responsável e solidário, com respeito às diferenças espirituais e culturais.

Finalmente, afirma a autora, a educação ambiental sozinha não pode levar a cabo esta trajetória de construção de competências críticas e criativas, de resistência ao reducionismo, de respeito à diversidade. Entretanto, é uma forma de levar os sujeitos a provocar mudanças e a conviver numa sociedade melhor.

Em meio ao desalento e à falta de perspectivas que nós, educadores, enfrentamos nos dias de hoje, esses textos, ao colocarem em pauta questões em torno da cidadania, têm o mérito inegável de contribuir para que este tema seja discutido sob outros ângulos, possibilitando, assim, “a esperança de uma nova educação para um mundo melhor”, pois, como afirma Imbernón, “sem ela não há futuro”.